


Tema: Sector Vitivinícola				Âmbito: Nacional	Tiragem: 60457
Título: Ministro da Agricultura contesta reforma baseada no arranque da vinha				Temática: Generalista	GRP: 4.3
2006/07/19	PUBLICO – PRINCIPAL	Pág. 40		Imagem: 1/1	Periodicidade: Diária

PAULO RICCA/ARQUIVO



O Governo recia que os incentivos ao arranque da vinha afastem os viticultores mais pobres da actividade

Ministro da Agricultura contesta reforma baseada no arranque da vinha

Jaime Silva afirma que a proposta é “cega” e só é solução para os países com excedentes estruturais de vinho

ISABEL ARRÍAGA E CUNHA,
BRUXELAS

O ministro da Agricultura, Jaime Silva, defendeu ontem os grandes princípios da reforma dos apoios comunitários ao sector do vinho, mas contestou que o arranque da vinha seja o principal instrumento para a concretizar. Jaime Silva, que participou na primeira discussão dos seus pares da União Europeia (UE) sobre as linhas gerais da reforma do sector, considerou que uma

política de arranque “cega” apoiada pelo orçamento comunitário poderá incitar os viticultores dos países mais pobres, como Portugal, a abandonar a produção.

A reforma, apresentada pela Comissão em Junho passado, pretende reduzir os excedentes crónicos provocados tanto pela quebra do consumo na UE como pelo aumento da concorrência dos vinhos do Novo Mundo. Isto, através de uma política de arranque de 400 mil hectares apoiada por 2400 milhões de euros ao longo de cinco anos, a par do fim das ajudas comunitárias à destilação dos excedentes para o fabrico de álcool industrial e bioetanol.

“Implicitamente, reco-

nhecemos a necessidade de uma reforma, assente na qualidade e competitividade”, afirmou Jaime Silva aos jornalistas, precisando que Portugal já iniciou a reestruturação do sector e encara assim a reforma “com maior tranquilidade”.

Jaime Silva defende, no entanto, que a política do arranque não pode ser “cega” e terá de ser adaptada à realidade de cada país. “O arranque pode ser a solução para os países que mais contribuem para os excedentes e que têm alternativas, o que não é o caso português”, afirmou.

Jaime Silva considerou igualmente que o fim das ajudas à destilação não poderá ser aplicado de manei-

ra uniforme em toda a UE. A aguardente é um dos factores de produção dos vinhos licorosos como o vinho do Porto, lembrou. Se a destilação deixar de receber ajudas, a oferta de aguardente diminui e os preços aumentam, o que prejudicará a competitividade do vinho do Porto.

Em sua opinião, os instrumentos da reforma deverão ser subordinados a programas nacionais que, no caso português, terão a reconversão como trave mestra, com “algum arranque a gerir pelos Estados-membros”. Caso contrário, afirmou, o risco é que o arranque em Portugal incida mesmo sobre os vinhos de maior qualidade e cuja reestruturação foi financiada pelo Governo. ■

Estado afasta-se da gestão do sector do vinho

O ministro da Agricultura anunciou ontem uma reforma da administração pública no sector do vinho que levará ao abandono do papel do Estado nas entidades certificadoras, ou comissões vitivinícolas regionais (CVR) e a redução do seu número. A ideia, explicou à margem de uma reunião dos ministros da Agricultura da União Europeia, é reduzir o número das CVR de 16 para 8, o que significa que algumas deverão associar-se para o concurso público específico cujo caderno de encargos vai lançar brevemente. “Gostaria, por exemplo, que a sul do Tejo houvesse uma única entidade certificadora que englobasse os vinhos do Alentejo e do Algarve”, defendeu.

Ao mesmo tempo, o Estado vai deixar de nomear os presidentes das CVR “porque o sector está pronto para enfrentar com tranquilidade esta reforma”, defendeu. O Instituto do Vinho do

Douro e do Porto, o mais importante organismo de gestão e controlo do sector em Portugal, será a “excepção” nesta reforma, mantendo-se sob a tutela do Governo e a funcionar como entidade certificadora.

As reformas administrativas do sector do vinho ontem anunciadas pelo ministro Jaime Silva estão a ser bem recebidas pelo sector.

Ainda sem se saberem ao certo quais os contornos geográficos das CVR, a apologia de uma única comissão para gerir as regiões do Alentejo e do Algarve está já a suscitar discussão. António Lacerda, da CVR Algarve, aceita esta solução, ainda que anteveja alguns perigos: “Não temos dimensão crítica para cumprir o caderno de encargos. Por isso, é uma situação incontornável, mas há o risco de os vinhos algarvios ficarem subalternizados relativamente aos alentejanos, devido à sua força no

mercado.” O PÚBLICO contactou a CVR Alentejana, mas o responsável por este organismo encontra-se de férias.

De fora dos planos de Jaime Silva para o sul do Tejo está a CVR da Península de Setúbal. O seu secretário-geral, Henrique Soares, acredita que esta região tem massa crítica suficiente para seguir um caminho autónomo.

Bastante crítico é João Machado, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), para quem o sector ainda aguarda a resposta do ministro a uma proposta conjunta datada de Novembro último acerca da reforma no sector.

Costa e Oliveira, presidente da Fenadegas (representa as adegas cooperativas) aplaude todas as medidas anunciadas e espera ver a sua aplicação no terreno “o mais depressa possível”.

■ IAC EM BRUXELAS E MÁRIO BARROS